O Liceu Camões no 25 de Abril: um sindicalismo no feminino*

*Isabel Cluny**, Sandra Escobar****

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 43 (2024), 225-253. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/psbl-hlat

Resumo

A presente investigação centrou-se no estudo da emergência do movimento sindical docente no Liceu Camões após o 25 de Abril de 1974, com base numa abordagem metodológica de estudo de caso.

O recurso ao Arquivo da Escola Secundária de Camões (MUESC) foi decisivo para o desenvolvimento do trabalho, permitindo o acesso a fontes primárias que possibilitaram a identificação das protagonistas da ação sindical, bem como a compreensão dos mecanismos de mobilização e organização dos professores durante o processo de transição democrática.

Os resultados obtidos evidenciam uma relação estreita entre o sindicalismo emergente e a liderança da Escola. Destaca-se, de forma particularmente expressiva, o papel ativo e comprometido das professoras na construção de uma escola democrática e participativa. O estudo demonstrou que o Liceu Camões foi palco de ações coletivas significativas que evidenciam a notável capacidade de mobilização das professoras – ao lado dos professores – num momento histórico marcado por profundas transformações sociais e políticas.

Palavras-chave: sindicalismo, feminino, escola, gestão democrática, liderança.

Abstract

This research focused on the emergence of the teachers' union movement at Liceu Camões after 25 April 1974, employing a case study methodology.

Access to the Camões Secondary School Archive (MUESC) was crucial to the development of this study, providing primary sources that enabled the identification of key figures in union

* Siglas utilizadas no artigo: CDP – Comissão Diretiva Provisória; ESC – Escola Secundária de Camões; MEIC – Ministério da Educação e Investigação Científica; MUES – Museu Escola Secundária de Camões; SP – Sindicato de Professores; SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

** Investigadora e docente, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-4319-8032. *E-mail*: icluny@msn.com.

*** Investigadora e docente, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0924-9035. *E-mail*: sandraesc06@hotmail.com.

activities and the mechanisms used to mobilise and organise teachers during the democratic transition process.

The results reveal a close relationship between the emerging trade unionism and the school leadership. The active and committed role of the teachers in establishing a democratic and participatory school is particularly noteworthy. The study revealed that Liceu Camões was the setting for notable events that demonstrate teachers' remarkable ability to mobilise alongside their colleagues at a time of profound social and political change.

Keywords: Trade unionism, feminism, school, democratic management, leadership.

O estudo de caso como metodologia pedagógica: a emergência do movimento sindical docente no Liceu Camões após o 25 de Abril de 1974

O plano inicial deste estudo foi construído em colaboração com alunos do 12.º ano das áreas de História e Ciência Política, com o apoio das docentes das disciplinas. Pretendia-se que os alunos se assumissem como coautores do conhecimento e desenvolvessem pensamento crítico e autonomia. Implementou-se uma aprendizagem da memória sindical, em contexto concreto, tendo os alunos participado na elaboração do plano de investigação e das atividades propostas – entrevistas orais, análise de dados das fichas do arquivo (preservado o anonimato) e sua interpretação – e, por fim, na apresentação do trabalho em contexto de escola. A avaliação foi feita nas disciplinas intervenientes segundo uma grelha previamente definida: elaboração do guião das entrevistas, compreensão dos pontos de vista de cada entrevistado, organização do trabalho final e apresentação oral. A presente investigação centrou-se no estudo da emergência do movimento sindical docente no Liceu Camões após o 25 de Abril de 1974, com base numa abordagem metodológica de estudo de caso.

O impacto na aprendizagem foi significativo, já que pela primeira vez alguns alunos contactaram com fontes de arquivo e fontes orais e entenderam a sua importância na construção do conhecimento histórico.

No âmbito da cidadania, ficou claro, para os envolvidos no trabalho, que a participação ativa de toda a comunidade escolar fortaleceu a democracia e que o crescente protagonismo das professoras possibilitou libertarem-se das barreiras que impediam a sua luta pela igualdade.

O ponto de partida para a investigação sobre a atividade sindical docente no então denominado Liceu Camões, hoje Escola Secundária de Camões[1], foi a consulta de obras

[1] A mudança de designação de liceu para escola secundária generalizou-se em todo o país em 1978.

publicadas sobre o tema, que serviram de guia para o estudo desse movimento sindical, tais como as de Teodoro (2001), Licínio (2009) e Monteiro (1998). Um dos artigos lidos (Sanches 2004, 133-180) permitiu chegar à conversa com uma antiga professora da escola, Fátima Chorão Sanches, que assistiu e participou na "agitação revolucionária" sentida um pouco por todas as escolas do país a seguir à Revolução do 25 de Abril de 1974.

A primeira preocupação foi delimitar no tempo a investigação – entre a Primavera Marcelista e o período imediatamente a seguir à Revolução do 25 de Abril. Esta escolha partiu da necessidade de aprofundar a investigação das fontes primárias, pois a história do sindicalismo, embora bastante estudada[2], tem sido objeto de abordagens generalistas, sem recurso aos arquivos das escolas. Também limitámos o estudo à atividade do corpo docente do Liceu Camões – estudo de caso –, pois a riqueza das fontes arquivísticas desta escola permitir-nos-ia apresentar uma investigação original sobre o tema.

As questões que orientaram a investigação foram as seguintes: Como começou o movimento associativo fora, mas sobretudo dentro, desta escola, ainda durante o período marcelista, entre 1968 e 1974? Como se mobilizaram os docentes do Liceu Camões e qual o grau de liberdade de que a sua organização gozou? Como procederam os docentes para se organizarem a seguir ao 25 de Abril? Quem foram os seus protagonistas? Como se fizeram representar no campo sindical? Qual o papel que tiveram na gestão da escola e como contribuíram para a sua democratização?

Importava, pois, conhecer os momentos mais significativos da transição de um modelo de gestão autoritário para um modelo de escola democrático e representativo de todo o corpo docente e restantes membros da comunidade educativa. No fundo, compreender qual a relação entre o sindicalismo emergente e a nova liderança da Escola Secundária de Camões nesse período.

Para prosseguir nesta linha de investigação, foi necessário identificar os nomes dos docentes deste estabelecimento de ensino que se destacaram na atividade sindical a partir de abril de 1974 e nos anos posteriores.

Começámos por consultar as listas de candidatos às eleições ao sindicato de professores[3], tendo a direção do SPGL disponibilizado a documentação que possuía[4] e indicado outras fontes de informação, nomeadamente a publicação *online* sob a designação SPGL – Memórias Partilhadas, 1974-1986, *Escola Informação, n.º 287*, de maio de 2019. Nas listas encontrámos os nomes de alguns "ativistas" sindicais que se destacaram na escola.

[2] Agradecemos ao Professor António Teodoro algumas indicações bibliográficas sobre o tema.

[3] A professora Graça Fernandes, antiga vice-presidente do SPGL, eleita pela *lista A*, foi fundamental na indicação das pistas que devíamos seguir.

[4] O professor António Avelãs, membro do SPGL, gentilmente cedeu a documentação existente no sindicato.

Seguiu-se o cruzamento desses dados com as fichas de docentes existentes no Arquivo e a consulta do Dossier da Atividade Sindical da Escola Secundária de Camões, que faz parte do espólio do Arquivo[5].

Conhecidos os nomes, o objetivo foi dar voz aos docentes que viveram esse período conturbado e cujos relatos escritos e orais nos permitem hoje conhecer as *memórias* desses tempos do sindicalismo. Paralelamente à recolha dos testemunhos escritos e orais de professores que participaram no Liceu Camões, quer na luta sindical, quer na luta pela democratização do ensino, consultámos os diários literários de professores-escritores, que à época vivenciaram a emergência do sindicalismo neste estabelecimento de ensino, memórias fundamentais para o estudo da história das mentalidades. No final da investigação, as fontes orais e escritas devolveram-nos uma imagem do sindicalismo no Liceu Camões bastante distinta da traçada por outros estudos sobre o sindicalismo docente em Portugal. A primeira diferença significativa foi que o sindicalismo emergiu a partir da ação maioritária de jovens professoras, recém-chegadas à profissão e movidas por uma forte consciência política e social. A segunda diferença relevante está na orientação ideológica adotada. Enquanto o sindicalismo docente a nível nacional resultava da influência dos principais partidos políticos da jovem democracia, o movimento no Liceu Camões era mais autónomo. As protagonistas eram inspiradas pelos princípios do poder popular e defendiam a participação direta.

Grupos de Estudos de Professores do Ensino Secundário (GEPDES), embrião do sindicalismo docente

No início da chamada Primavera Marcelista, a aparente abertura do regime permitiu que alguns setores sociais e profissionais como o dos professores tentassem fazer ouvir a sua voz.

Num estudo intitulado *Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário 1969-1974 – As raízes do Sindicalismo Docente*, Maria Manuel Calvet Ricardo (2016), fez a história destes grupos, que lutaram contra as condições adversas, quer profissionais, quer políticas, que os docentes enfrentavam.

Segundo este estudo, a origem do grupo terá sido uma reunião convocada por professores da Escola Comercial Ferreira Borges (Ricardo 2016, 73). A partir de então, o movimento alargou-se a todo o país, emitiu comunicados, realizou colóquios e inquéritos à situação real dos professores, bem como editou um caderno sob a designação de O *Professor, Caderno n.º 1*, em 1971.

[5] Terá sido legado pela professora Maria Gabriela Dias, professora no Liceu Camões, MUESC, Professores, proc. 868.

Também Rui Grácio, num artigo intitulado "O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo" (1983, 757-791) aponta o ano de 1971 como aquele em que o denominado Grupo de Estudos de Lisboa, composto maioritariamente por professores eventuais e provisórios (Stoer 2008, 54)[6], foi recebido pelo ministro da Educação, à época Veiga Simão (4 de fevereiro 1971). O objetivo era exporem as dificuldades das suas condições de trabalho, reivindicarem assento nos conselhos escolares e solicitarem autorização para se reunirem e debaterem os seus problemas. Na altura, o ministro teria respondido: "Podem e devem. O ensino e a educação nacional só terão a beneficiar com isso" (Grácio 1983, 757).

A aparente autorização para que o Grupo de Estudos prosseguisse com suas atividades levou os professores envolvidos a tentarem apresentar as suas propostas no Congresso do Ensino Liceal (Grácio 1983, 760). A participação, porém, foi-lhes vedada, não tendo sido "autorizados a apresentar o documento acerca da sua situação", alegando os organizadores do Congresso – identificados com o poder político vigente – que os participantes deste encontro não reconheciam o teor de "moções votadas em outros 'congressos'" (Grácio 1983, 777).

Apesar do revés, os GEPDES não desmoralizaram e continuaram a lutar pela resolução dos problemas que afetavam os docentes, não efetivos, nomeadamente não receberem salário nas férias. Em 1972, o movimento conseguiu publicar na *Seara Nova* alguns dos aspetos discutidos nos GEPDES, designadamente artigos sobre os métodos de ensino ativos e o não pagamento de salários nas férias aos professores provisórios (abril-maio).

No culminar destas atividades, em 1974, foi entregue, no Ministério da Educação Nacional (MEN), uma exposição reclamando a melhoria da situação económica dos docentes, "tendo em conta não só o crescente aumento de custo de vida, mas também a necessária equiparação a outras profissões exigindo habilitações equivalentes" (Grácio 1983, 778).

A abertura política para discutir estes temas terminaria em fevereiro de 1974, quando o governo, pela ação do então secretário de Estado Augusto Ataíde, proibiu a atividade dos Grupos de Estudos, pondo em causa a sua existência legal e equiparando-os a "associações secretas" (Despacho n.º 9, fev. 1974).

A única pessoa que conseguimos identificar na Escola Secundária de Camões como tendo pertencido aos GEPDES foi a professora Cidália Amaral Rodrigues Pereira da Silva[7] que colaborou na edição de dezembro de 1971, do *Caderno n.º 3 – O Professor* (GEPDES 1971, 2).

[6] "[…] sob o regime de Salazar, deve salientar-se que até 1970 cerca de 80% dos professores das escolas preparatórias e secundárias tinham contratos provisórios ou não tinham mesmo qualquer contrato" (Stoer 1985, 54).

[7] MUESC, Professores, proc. 926.

Curiosamente, no Arquivo da Escola encontra-se a circular dactilografada (Circular I-T-ES/10/74, MNE)[8], datada de 12 de fevereiro de 1974, que acusa os GEPDES de atividades reivindicativas e solicita ao reitor, Sérvulo Correia, que informe sobre os nomes que no Liceu Camões integram o movimento.

A circular, composta por três páginas, descreve minuciosamente todas as atividades dos GEPDES, iniciadas três anos antes. Menciona o questionário feito aos docentes sobre a possibilidade de se instituírem como associação, entendida na circular como contrária ao disposto no art. 24.º da Constituição, que limitava o direito a associações de interesses privados aos funcionários públicos. O despacho também invocava o Estatuto de Trabalho Nacional, decreto-lei n.º 23.048, de setembro de 1933, que impedia os funcionários públicos de se constituírem em sindicatos privativos. Acusava os GEPDES de não serem uma associação de carácter pedagógico e acrescentava que, caso o fossem, precisariam ainda de autorização prévia do MEN. No final, identificava-os com associações secretas, que poderiam conduzir os seus membros "a prisão correcional até seis meses, perda de funções públicas, multa de 2000$00 e suspensão de direitos políticos". Assinava esta circular Manuel Tavares Emídio, diretor-geral do Ministério da Educação.

Não sabemos se o reitor, Sérvulo Correia, terá respondido à circular, informando sobre os elementos que na escola integravam os GEPDES. Contudo, pouco tempo depois, o Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de Abril de 1974, poria fim à quase clandestinidade deste grupo de professores.

Assim, nos dias 28 e 29 de abril de 1974, seria convocada a primeira assembleia-geral plenária de docentes de Lisboa em liberdade. O local escolhido foi a Escola Preparatória Manuel da Maia.

É de notar que os estabelecimentos de ensino que, durante a ditadura, tiveram diretores solidários com a luta dos professores não foram os liceus nacionais. Como relembra Helena Pato, entre estes diretores encontravam-se Calvet de Magalhães e Antunes da Silva, na Escola Francisco Arruda, Eva Lasbarrères, na Escola Fernando Pessoa, Celeste Andrade, na Escola Luís António Verney, e Rosa Horta, na Escola Nuno Gonçalves.

O 25 de Abril e o início da atividade sindical no Liceu Camões

Durante a investigação, deparámo-nos com estas palavras de Eduarda Dionísio[9], uma das professoras do Liceu Camões que mais se destacaram na atividade sindical: "Em 1974, eu era professora num liceu – como se dizia então em Lisboa, no centro de Lisboa (Para

[8] MUESC, *Dossier da Atividade Sindical da ESC.*

[9] MUESC, Professores, proc. 685.

tal, tinha assinado, como todos os outros, a chamada 'declaração anticomunista', que fazia parte da papelada)" (Dionísio *et al*. 1994).

Reconhecendo-se como uma das protagonistas do movimento sindical no Liceu Camões, Eduarda Dionísio afirma que, nos "primeiros anos da década de 80, fui uma das muitas 'militantes das escolas' – delegada sindical sempre, dirigente sindical por pouco tempo (77/78), fundadora do núcleo de professores do Movimento de Esquerda Socialista [MES] (onde estive até Dezembro de 75), fundadora da CEC – Contra a Escola Capitalista – que reunia dezenas de professores sem partido e cuja atuação excedia a atividade sindical (a partir de 76 até à sua extinção em 1981, parece-me" (Dionísio *et al*. 1994).

De facto, encontrámos a sua ficha no arquivo da escola. A informação recolhida permite conhecer a data de nascimento (1946), a naturalidade, Lisboa, e o grupo disciplinar a que pertencia: Professora efetiva – 2.º grupo / 8.º grupo B. Também ficámos a saber um pouco do seu percurso profissional na escola: inicialmente professora agregada (1970-1971), foi depois professora efetiva (1975), membro do Conselho Pedagógico e, tal como a própria afirmou, várias vezes candidata pela lista B à direção do sindicato dos professores. Durante vários anos (1974-1979) foi delegada sindical da escola. A *Revista do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa*, publicada em 1979, informa que pertenceu à lista B, que era sócia n.º 386 deste sindicato e que tinha na altura 32 anos de idade.

É também o seu testemunho que nos dá a conhecer o ambiente vivido no Liceu Camões nos primeiros momentos de liberdade e democracia:

> O liceu onde eu dava aulas quando o 25 de Abril aconteceu talvez fosse dos mais disciplinados e controlados. Praticamente todos os professores punham sempre gravata – hábito que imediatamente se rompeu… As professoras só há pouco tinham sido autorizadas a usar calças – "jeans", nem pensar… Também só podiam fumar em sala própria e nunca com os colegas-homens na sala dos professores. Pormenores que dizem muito. O direito de reunião, aqui como em todo o lado, era inexistente. Os poucos movimentos associativos (clandestinos) eram rapidamente descobertos e reprimidos.
> Nos últimos dias de abril, de repente, falava-se finalmente *de tudo* em voz alta […]. (Dionísio *et al*. 1994)

Segundo conta Eduarda Dionísio:

> [N]o dia 30 de Abril, a sessão que reuniu livremente todos os professores da escola, na vetusta Biblioteca, ainda com a presença do Reitor (que em breve pediria a reforma), era uma realidade completamente nova e surpreendente. Pela primeira vez as pessoas falavam

> numa assembleia (ainda não propriamente "democrática"). Aprovou-se mesmo um documento (gesto desconhecido até então) de apoio à Junta de Salvação Nacional – que todos os presentes por seu punho assinaram e que foi, se não me engano, redigido e proposto por Mário Dionísio[10]. (Dionísio *et al*. 1994)

O referido documento propunha a "real participação de todos os professores na obra imensa que se impõe e com eles tome as medidas necessárias à transformação de mentalidades, cuja necessidade imperiosa e urgente o 25 de Abril significa" (Dionísio *et al*. 1994).

A informação sobre a atividade dos docentes, a nível nacional, é completada por Stephen R. Stoer (2008, 56):

> [A] 2 de Maio de 1975[11], em Lisboa, 5000 professores participaram na eleição de uma comissão instaladora para o sindicato dos professores (PCP, s/d). Em centenas de escolas foram realizadas eleições de delegados sindicais. Inevitavelmente houve uma continuidade apreciável entre a acção e as reivindicações dos *Grupos de Estudo* do período de 1971-74 e a formação de um sindicato de professores, depois do golpe de Estado de 25 de Abril. Mais precisamente, tem sido sugerido (Grácio, 1983) que esta continuidade existiu através das seguintes formas: a) em termos dos seus líderes; b) em termos da definição regional da estrutura do sindicato nascente; c) em termos da predominância de professores do ensino preparatório e secundário; d) em termos dos objectivos dos novos líderes do sindicato, isto é, a defesa e a promoção dos interesses profissionais dos professores e a participação na definição e aplicação da política nacional para o ensino; e e) em termos de perspectiva política: […] não surpreende verificar que as estruturas sindicais provisórias dos professores apareçam, de maneira geral e num primeiro tempo, hegemonizadas por elementos daquele Partido (PCP), ou sob a sua influência. (Grácio 1983, 786-789)

De facto, esses últimos eram dominantes nos GEPDES. Mais à frente Stoer acrescenta:

> Desde o princípio, contudo, houve uma considerável resistência à conceção da estrutura e luta sindicais perfilhadas pelo Partido Comunista Português. Numa primeira fase (isto é, durante o período revolucionário 1974-75) podem talvez sistematizar-se as tensões que existiam entre as diferentes concepções de projecto político e a expressão entre os agentes da revolução nas escolas, bem como no sistema educativo em geral, através do uso de

[10] Mário Dionísio, pai de Eduarda Dionísio, foi um conceituado professor do Liceu Camões.

[11] Embora o autor aponte esta data, António Teodoro informou-nos de que a data correta é 2 de maio de 1974.

> duas correntes de mobilização com soluções conflituais para a resolução do problema da revolução em Portugal: "alfabetização" e "poder popular". (Stoer 2008, 56)

A resistência viria a ser corporizada na pessoa de Eduarda Dionísio, que, no Liceu Camões, liderou a corrente sindical afeta à *lista B*, em oposição à *lista A*, onde dominavam professores que anteriormente integravam o GEPDES. No seu texto relembrou que, ainda antes do 1.º de Maio, se reuniu com professores de outras escolas "na casa de um deles. Dois outros estavam ligados ao PCP, mas não organizados nos 'Grupos de Estudos'". Na altura, teriam discutido sobre a vantagem de fundar um Sindicato de Professores.

> Entendemos que deveríamos tomar a iniciativa e convocar os professores para a escadaria do Técnico no 1.º de Maio […]. À hora indicada, estávamos postados na escadaria. Muitos professores ali foram ter. Mas muitos outros estavam convocados para outro ponto, através do aparelho PCP/Grupos de Estudos […].
>
> Imediatamente, iniciaram-se as grandes assembleias convocadas por uma autonomeada CIP (Comissão Instaladora Provisória) de um (ainda não) Sindicato […]. Hegemonizado pelo PCP, este Sindicato (que agia como se antes de ser já fosse) não contou, evidentemente, com os contributos de milhares de professores que, mais tarde ou mais cedo, dele se distanciariam. Foi assim que as suas direcções desde o início tiveram de contar com fortes correntes de oposição.
>
> As escolas onde os ex-Grupos de Estudos não tinham implantação, ou onde dominavam concepções sindicais e políticas que se lhes opunham, foram pura e simplesmente postas à margem de um processo onde teriam evidentemente coisas a dizer e a fazer. (Dionísio *et al.* 1994)

Aparentemente, a liderança do sindicalismo no Liceu Camões iria distanciar-se do que se entendia como a hegemonização da luta sindical pelos professores organizados nos GEPDES. Como as mudanças não foram imediatas, Eduarda Dionísio afirma que "cada um tomou em mãos a mudança da escola onde trabalhava, sem muito esperar por qualquer orientação de política educacional" (Dionísio *et al.* 1994).

Surgiu então no Liceu Camões um conjunto de professoras que tomaram a iniciativa de formar uma Comissão Pró-Sindical, que tratava de tudo um pouco e era sentida mais como garante da "democracia" na escola e elemento de ligação com outros estabelecimentos de ensino.

O Arquivo da escola – MUESC – Dossier sobre Atividade Sindical e docente

No *dossier* sindical do Arquivo Camões encontrámos a documentação que permitiu reconstituir a formação da comissão sindical da escola, bem como saber quem foram as principais ativistas.

No dia 7 de maio de 1974, surge o *Comunicado n.º 1*, relativo à formação da Comissão Provisória Pró-Sindicato do Liceu Camões[12], que tinha como objetivo promover a consciencialização de todos os professores para a sua participação ativa no futuro Sindicato de Professores. Assim, era anunciada a criação de um jornal de parede – aberto a todos e a afixar na sala do sindicato –, onde cada um poderia partilhar informações relevantes sobre: professores, ensino, movimento sindical ou situação política; previa-se ainda a formação de uma espécie de biblioteca sobre sindicalismo. No mesmo *Comunicado*, propunha-se também dinamizar uma comissão encarregada de estudar as reivindicações dos professores, através de um inquérito que lhes seria distribuído, bem como promover a reflexão crítica sobre programas e atividades escolares, sistema e estrutura do ensino, a fim de serem formuladas propostas concretas e fundamentadas. Por último, anunciavam-se contactos com outras escolas e referia-se a questão das quotas sindicais – 20$00 mensais –, assim como a possibilidade de reuniões semanais, às quartas-feiras pelas 19 horas, para discutir os problemas mais prementes da escola.

Dias depois, a 10 de maio de 1974, uma informação manuscrita foi colocada na sala dos professores. O teor da informação versava sobre a Reunião Geral de Professores (RGP) que tinha decorrido no dia anterior, 9 maio de 1974, no Estádio Universitário, na qual tinham sido aprovados três pontos de uma proposta que começara a ser votada a 4 de maio[13]:

> 5.ºA) Necessidade de criar um processo que permita democraticamente a co-gestão dos estabelecimentos de ensino (professores, alunos e funcionários; 5.ºB) necessidade de restruturação imediata e profunda do sistema de formação de professores; 6.º) necessidade de alteração dos conselhos escolares, da competência dos professores delegados e coordenadores e da intervenção dos conselhos sindicais e 7.º) integração dos estabelecimentos de ensino particular na rede escolar oficial em igualdade de condições pedagógicas e económicas, acentuando-se a necessidade de abolição de lucro.

[12] MUESC, *Dossier da Atividade Sindical da Escola Secundária de Camões,* comunicado n.º 1 – 7 de maio de 1974.

[13] MUESC, *Dossier da Atividade sindical da ESC* – informação manuscrita.

No dia 17 de maio de 1974, o *Comunicado n.º 2*[14] propunha alargar a reflexão sobre programas e estruturas de ensino, quando os grupos disciplinares não se achassem recetivos à transformação das reuniões de coordenação, bem como realizar inquéritos aos alunos. As responsabilidades sobre a dinamização da atividade sindical na escola eram repartidas do seguinte modo: jornal de parede – professoras Conceição Vidal[15], Odete Martins[16], Fernanda Vieira [17]; sala do sindicato/biblioteca de livros, revistas e folhetos – professoras Fátima Chorão[18], Maria da Luz Conde[19], Gabriela S. Neves[20].

Os professores responsáveis por elaborar um inquérito sobre reivindicações, problemas e sugestões com vista a uma transformação radical do ensino, para apresentar em RGP, seriam: Graciette Cabaço Ribeiro[21], M. Teresa Tudela[22], Manuel Lalanda Vieira[23] e ainda João Manuel Barata[24].

Maria Filomena Fino[25], Margarida Carneiro da Silva[26] e Ana Maria Gonçalves[27] tinham a cargo estabelecer os contactos com outras escolas e liceus de Lisboa. Por fim, a modificação do sistema de pagamento de quotas seria da responsabilidade de Maria Manuel Aleixo[28] e Graciette Ribeiro[29].

Estava, pois, organizada a atividade sindical docente no Liceu Camões a seguir ao 25 de Abril, sendo a militância sindical assumida maioritariamente por professoras bastante jovens.

Nas memórias de Eduarda Dionísio, a formação da biblioteca sindical é-nos descrita de forma muito viva:

[14] MUESC, *Dossier da Atividade sindical da ESC* – comunicado n.º 2 – 17 de maio de 1974.
[15] MUESC, Professores, proc. 833.
[16] MUESC, Professores, proc. 783.
[17] MUESC, Professores, proc. 900.
[18] MUESC, Professores, proc. 738.
[19] MUESC, Professores, proc. 840.
[20] MUESC, Professores, proc. 889/2754.
[21] MUESC, Professores, proc. 830.
[22] MUESC, Professores, proc. 939.
[23] MUESC, Professores, processo não encontrado deste professor. O seu nome não consta da lista e das fichas existentes no arquivo.
[24] MUESC, Professores, proc. 934.
[25] MUESC, Professores, proc. 696.
[26] MUESC, Professores, proc. 632.-
[27] MUESC, Professores, proc. 1297.
[28] MUESC, Professores, proc. 720.
[29] MUESC, Professores, proc. 830.

> […] um dos primeiros trabalhos da comissão sindical a que eu pertencia (no meio de uma agitação febril que nos levava da Escola à Cova da Moura, por causa dos "saneamentos", às reuniões no Estádio Universitário, por causa do Sindicato, a outras escolas para sabermos uns dos outros e do que por outros sítios se passava) foi iniciar uma biblioteca de sindicalismo. (Dionísio *et al*. 1994)

Passados dez dias em RGP, em 27 de maio de 1974, pelas 15 horas, foi aprovada a seguinte moção no Liceu Camões:

> O Despacho do MEC do dia 22 de Maio por não ter consultado os interessados não pode ser considerado democrático.
> Considerando:
> que a abolição dos exames não vem solucionar o problema do ensino, que não pode ser resolvido por aspectos acessórios que não põem em causa as estruturas de base;
> que uma verdadeira democratização do ensino envolve todo um processo da estruturação socioeconómica e política e não se pode traduzir em soluções demagógicas de facilitação que favorecem certos oportunismos e que conduzem a um abaixamento do nível cultural manifestamente contrário aos interesses nacionais;
> que, no entanto, o ambiente escolar não é propício à continuação das aulas e à realização de exames;
> que é urgente que a escola comece a debruçar-se sobre problemas de reestruturação do ensino e novas formas de gestão dos estabelecimentos escolares;
> que a avaliação de aproveitamento dos alunos, durante este último período, envolve dificuldades de vária ordem.
> Propõe para o presente ano letivo que:
> cada estabelecimento de ensino encontre formas de avaliação objectiva que possam solucionar os casos das turmas em que não haja elementos suficientes para decidir a passagem dos alunos aos anos imediatos;
> atendendo às circunstâncias, se dê redobrada atenção, nas reuniões de classificação, às possibilidades manifestadas pelos alunos, em cada disciplina (no curso complementar) e no conjunto das várias disciplinas (no curso geral).[30]

O documento aprovado destaca que a proposta se referia exclusivamente ao ensino público, pois os professores do Liceu Camões não se pronunciariam sobre os exames no ensino particular, alegando que as condições dos dois ensinos não eram idênticas, uma

[30] MUESC, Moção aprovada no Liceu Camões, *Dossier da Atividade sindical da ESC*.

vez que o particular estaria, na sua maioria, condicionado a interesses comerciais e que, além disso, se destinaria, em geral, a favorecer as classes sociais já de si favorecidas.

Como se pode concluir, a proposta saída desta reunião de professores defendia que as soluções para a avaliação dos alunos dependeria de cada estabelecimento de ensino.

Um dia depois (28 de maio) reuniu-se o Conselho Escolar do Liceu Camões, e, curiosamente, na ata ficou a declaração do ainda reitor J. Sérvulo Correia sobre as repercussões que o movimento de 25 de Abril estava a ter na "vida escolar do liceu, especialmente na parte de ausência dos alunos às aulas, com as consequências que daí estavam a resultar", tendo concluído "que não tinha sido para isso que se tinha feito a revolução"[31]. Aparentemente Joaquim Sérvulo Correia não tinha percebido o que mudara em Portugal e nas escolas, nem a dinâmica da revolução.

Entretanto uma Comissão Provisória preparava a formação de uma Associação de Pais, tendo sido convocada uma reunião para o dia 19 de julho[32]. Na mesma altura, os professores debateram a proposta de gestão escolar, depois de apresentado um organograma de funcionamento da escola[33].

Segundo o testemunho oral de Fátima Chorão Sanches, no dia seguinte à saída do Reitor (reforma e não saneamento), realizou-se uma RGP para estudar qual a estrutura de escola que se desejava. Constituíram-se grupos temáticos que apresentavam soluções em RGP e RGA (Reunião Geral de Alunos), as quais, após votação, foram entregues na Comissão de Gestão. Surgia assim o primeiro Conselho Pedagógico, do qual Fátima Chorão Sanches foi presidente.

Entretanto, foram marcadas para o dia 19 de julho (entre as 15 e as 20 horas) as eleições para o Sindicato de professores.

A *lista A* apelava a um *Não à Abstenção*[34] sob o lema "Por Um sindicato único. Pela unidade de todos os docentes" (Ricardo e Teodoro 2019, 12).

A gestão escolar e o processo de democratização

Por essa altura, no Liceu Camões formou-se uma Comissão Diretiva (CD) (conselho executivo) constituída por Mário Dionísio, Cândida Rosa, Margarida Lélis[35], Margarida Carneiro da Silva (já referida anteriormente), o Padre Ismael Sanches e Eduarda Dionísio, como suplente.

[31] MUESC, Ata do Conselho Escolar de 28 maio de 1974, *Dossier da Atividade Sindical da ECS*.
[32] MUESC, Convocatória de 19 de julho, Liceu Camões, *Dossier da Atividade Sindical da ECS*.
[33] MUESC, Organograma da gestão da escola, *Dossier da Atividade Sindical* da ECS.
[34] MUESC, doc. Lista A, *Dossier da Atividade Sindical da ESC*.
[35] MUESC, Professores, proc. 654.

Segundo a informação de 16 de julho de 1974, a CD ainda não tinha sido homologada porque, entre outros motivos: ainda não se realizara a Assembleia Geral de Professores; os alunos não tinham tido conhecimento do organograma da gestão escolar por as aulas já terem terminado; alguns professores da comissão diretiva estariam em comissão de serviço; o presidente, Mário Dionísio, tinha sido retirado da comissão para presidir à comissão coordenadora da reforma do ensino; Mário Dionísio e Cândida Rosa teriam exercido anteriormente funções de diretores de ciclo.

Com efeito, no dia 25 de julho, chegava à escola um despacho do ME[36] que punha fim às comissões de serviço e remetia para o Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de maio, sobre a gestão democrática nas escolas. Este decreto revogava o anterior Decreto-Lei n.º 176/74, de 29 de abril, que exonerava reitores e diretores e os substituía por Comissões de Gestão (constituídas por professores, estudantes e funcionários administrativos e auxiliares) e anunciava o Decreto-Lei n.º 735A/74, de 21 de dezembro (Sanches 2014, 6).

Sobre o processo de democratização das escolas, Fátima Chorão Sanches (2014), na altura professora de História do Liceu Camões, afirmou:

> A fase revolucionária define-se por intensa participação norteada por princípios ideológicos que rejeitavam a "escola burguesa" e combatiam o "aparelho do Estado" ao serviço da classe dominante.

Na sua opinião, além da defesa do poder soberano das escolas, pretendia-se "pôr a escola ao serviço efetivo dos trabalhadores", recusar a "uniformização nomotética das escolas" e definir escola a escola o modelo de gestão a adotar.

Ora, tudo isto seria posto em causa com a publicação do Decreto-Lei n.º 221/74, que definia que "a direcção dos mesmos estabelecimentos poderá ser confiada, pelo Ministro da Educação e Cultura, a comissões democraticamente eleitas ou a eleger depois de 25 de Abril de 1974" (DL n.º 221/74, de 27 de maio, art. 1.º).

Dito de outra forma, havia um conflito entre a autonomia que os docentes pretendiam para as escolas e o poder que o Ministério da Educação pretendia exercer.

A par desse conflito, outro iria despontar, quer no Liceu Camões, quer noutros estabelecimentos de ensino.

[36] MUESC, despacho n.º 12/74, *Dossier da Atividade Sindical da ESC*.

> Eclodiu em muitas escolas o conflito entre gerações de professores, já que os mais antigos e mais conservadores se mantiveram apegados à noção tradicional de autoridade; mas também entre professores e alunos, entre quem governava a escola e, ainda, em relação à extinção da hierarquia subjacente às estruturas tradicionais da organização escolar, do reitor e dos diretores de ciclo, por exemplo. Um desses conflitos revelou-se, por exemplo, no Liceu Camões, sobretudo quando estavam em causa os critérios de democraticidade a adotar na constituição das turmas dos alunos. (Sanches 2004, 147)

No Liceu Camões, a luta sindical e pela gestão democrática foi feita no feminino, pelas "Capitoas"

Enquanto se debatia o modelo de gestão escolar no Liceu Camões, as professoras mais intervenientes nesse processo apresentaram-se perante os colegas não só como defensoras da autonomia da escola face ao poder central do Ministério de Educação e Cultura (MEC), mas também como opositoras à corrente sindical hegemonizada pelo PCP.

Assim, num comunicado manuscrito, dão a conhecer as propostas aprovadas numa Assembleia de Delegados Sindicais realizada no IST no dia 30 de julho de 1974:

> 1 – Em desacordo com o antigo processo de classificação de professores, foi aprovado que este ano não seja atribuída qualquer classificação aos professores, isto não implica perda de valorização profissional anual (aumento 0,5 valor/ano);
> 2 – Devido a algumas direcções gerais […] já terem enviado a algumas escolas, circulares pedindo a classificação dos professores, apesar do sindicato se ter dirigido ao MEC no sentido de este impedir que as referidas direcções mandassem tais circulares foi aprovado que seja denunciado o procedimento do MEC e que as direcções das escolas se recusem a responder a tais circulares.
> 3 – Foi aprovada a revogação do Estatuto que determina que os Conselhos escolares das escolas técnicas e CPES fossem unicamente constituídas por professores do quadro.
> 4 – Devido a muitos professores estarem a exercer a função de docente nas Colónias Ultramarinas estarem a regressar à metrópole o que se traduz em problemas graves para a recondução de professores que estavam em exercício no ano anterior, foi aprovado:
> Moção de censura aos professores que abandonem os seus lugares nas colónias;
> Que a sua colocação em qualquer escola não venha a lesar os professores metropolitanos que por recondução ou por concurso pretendam assegurar o seu lugar;
> Foi aprovado: Que a *Comissão Directiva Provisória do Sindicato*, possa ser mandatária da classe em ocasiões em que não haja tempo para consultar as bases.
> Informações:

– Pagamento das férias deve sair em breve no *Diário do Governo*;
– O processo de homologação das Comissões Directivas das escolas está a ser activamente tratado no MEC;
– Haverá na 5.ª-feira às 10 h uma reunião no MEC donde sairá um diploma que regulará o processo das reconduções.
– A comissão de colocações só funcionará quando for publicado esse diploma.
– Vão ser publicados pelo MEC em breve três despachos sobre Comissões Directivas.[37]

Nas memórias que Fátima Chorão Sanches recolheu (2004, 133-180), há um depoimento que descreve o ambiente escolar vivido no Liceu Camões e faz uma leitura dos acontecimentos. Embora a autora do trabalho guarde o anonimato da fonte, parece-nos pertinente citá-la:

> [No Liceu Camões,] as reuniões gerais de professores são muito activas e sobretudo muito politizadas. Uma politização expressa, há campos, há grupos. Há claramente grupos formados, grupos que se confrontam. Essa é, creio, a diferença principal [em relação a outras escolas]. Depois, essas reuniões, enfim, digamos que, de uma forma geral, acabam por ter uma boa dose de demagogia, tem um peso de demagogia, e sabemos que eram reuniões, a maior parte delas, não eram para improvisar, não se deixavam ao improviso. Portanto, as coisas eram relativamente preparadas, esperava-se qual o resultado delas e… depois havia uma grande intervenção… por gente que estava mais vocacionada para essa intervenção pública. Há um esforço claro de dinamizar a escola. Suponho que depois, apesar de tudo, a luta política acabou por radicalizar posições e acabou por criar divisões demasiado agudas entre as pessoas. Três anos depois, quando eu regresso, os campos estão muito extremados… havia fissuras muito claras, havia jogos de capela também muito claros, havia disputa de competências. Portanto, é esse favorecer de grupos que eu acho que acaba por estilhaçar um corpo que no primeiro ano me tinha dado a sensação de ser o corpo maioritário da escola. (Sanches 2004, 150-151)

A luta sindical e política na escola era o reflexo do que se passava na sociedade portuguesa de então. Qual teria sido o grupo de professores que, no dia 30 de setembro de 1974, fizeram aprovar uma moção, em RGE, de apoio ao MFA? Os termos desta moção eram de regozijo por o MFA ter mantido as promessas feitas ao país no dia 25 de Abril. Os seus autores reafirmavam a importância de não haver um regresso ao autoritarismo e confiavam que o MFA, em Aliança com o Povo, estabeleceria a democracia em Portugal.

[37] MUESC, Informações de 30.07.74, *Dossier da Atividade Sindical da ESC*.

No final da moção marcava-se uma reunião de trabalho para o dia 6 de outubro pelas 15 horas[38]. A moção não está assinada e também não especifica o número de votos. Este documento parece sugerir a existência de um grupo de professores conotados com as posições defendidas pelo PCP nas escolas.

Mas, apesar da aprovação da referida moção, no Liceu Camões, a direção da luta sindical e da luta pela gestão democrática assume outra orientação, mais influenciada pelas correntes da escola anticapitalista.

A conflitualidade ideológica, de gerações e de género, na escola é muito evidente durante o mês de novembro de 1974. Com efeito, ao referir o dia 13 de novembro de 1974, altura em que se discutiram os "saneamentos" de alguns professores do liceu, Vergílio Ferreira, no *Conta-Corrente* (vol. 1, 218-219), afirma que a sua intervenção pública sobre o assunto lhe valeu fortes críticas, por parte de jovens docentes:

> Entre eles malhou-me a filha do ex-reitor[39], um confesso fascista, honra lhe seja feita (e que não o confessasse), e honesto, afinal, à sua maneira. Segundo a revolucionária senhora, que trazia assim o fascismo nos cromossomas, quem falava muito é porque tinha "problemas de consciência".

Dias depois, a 30 de novembro, uma lista de delegados sindicais, proposta por 25 professores, é apresentada à escola[40].

Entre os proponentes estava Margarida Lélis Vicente Cruz, que viria a ter um papel destacado, pouco tempo depois, na gestão democrática do Liceu Camões, a par de Gualdino Nunes, que viria a participar mais tarde nas eleições sindicais pela *Lista B*.

Os delegados efetivos eram: Manuela Ferreira[41], Conceição Figueira[42], Eduarda Dionísio, Gabriela Dias[43], João Manuel Barata; e os delegados *suplentes:* Maria da Luz Conde, Conceição Vidal, Fernanda Vieira. Entre as assinaturas, constam as de Maria Teresa Tudela, Maria José Ferraz, Maria Irene Teixeira, Maria Filomena Fino e Margarida Carneiro da Silva.

A leitura desta documentação é muito clara. Quem dirige a luta sindical e a luta pela gestão democrática na escola são mulheres, professoras, que na altura tinham por volta de trinta anos de idade.

38 MUESC, Informações de 30.09.74, *Dossier da Atividade Sindical da ESC*.
39 Margarida Sérvulo Correia Carneiro da Silva.
40 MUESC, Informações de 30.07.74, *Dossier da Atividade Sindical da ESC*.
41 MUESC, Professores, proc. 787.
42 MUESC, Professores, proc. 828.
43 MUESC, Professores, proc. 868.

Exemplo desse protagonismo mediático é a entrevista de Eduarda Dionísio (RTP, 24.10.74) sobre a necessidade de alargar o espaço escolar do Liceu Camões.

Talvez por isso, e ainda segundo as memórias de Fátima Chorão Sanches, o reconhecido professor e escritor Vergílio Ferreira lhes chamasse, ironicamente, as "capitoas" num jogo de palavras com os capitães de Abril.

A visão de Vergílio Ferreira sobre a agitação no Liceu Camões nos dias a seguir à revolução é muito crítica. Logo no dia 24 de maio de 1974, escreveu no seu diário:

> Que engraçada a novidade de uma atividade prática de organização! E a extraordinária vocação de alguns professores (professoras) para trabalhos deste género! A meticulosidade do arranjo de propostas, discussões, avisos, grupos. Com a destreza de quem faz *tricot*. (Ferreira 1981, 189)

Pouco tempo depois, no dia 6 de dezembro, afirma:

> No Liceu balbúrdia. Relaxamento moral dos costumes […]. No meu liceu as "capitoas" andam desorientadas. Mas toda a gente "progressista" o anda (exceto talvez os *comunistas*): a vida não vem nos livros de propaganda. (Ferreira 1981, 203)

Vergílio Ferreira assume, nesta altura, a atitude do "liberal que, à maneira orteguiana, desconfia da democracia" . A opinião sobre a atividade sindical das docentes, que expressa em *Conta-Corrente*, revela um aristocratismo mental que o afasta da ação revolucionária (Vieira-Pimentel, 59-60). Poderíamos acrescentar que a sua desconfiança é geracional e de género.

Por seu turno, em 19 de julho de1974, Mário Dionísio, professor reconhecido do Liceu e cujo passado oposicionista era por todos respeitado, escreveu:

> Não há dúvida de que, desde o 25 de Abril para cá, este liceu é outro. Vive. Pessoas e pessoas que mal se conheciam tratam-se por tu e estão entregues a tarefas comuns (excetuando os efetivos, claro, pois contam-se pelos dedos os que comparecem às reuniões e fazem qualquer coisa). A Eduarda foi a alma de todo este trabalho, discussões, zangas e reconciliações, marcha em frente, enfim. (Dionísio 2023)

Contudo, o autor manifestava também preocupações com o "caminho visível que as coisas tomam", nomeadamente a politização excessiva da escola, que, embora necessária, desviava a atenção do essencial: "o rendimento escolar". Apesar de tudo, talvez por a sua

filha, Eduarda Dionísio, ser uma das protagonistas da agitação "revolucionária", teve um olhar mais benevolente que o seu colega Vergílio Ferreira sobre os acontecimentos no Liceu, não deixando porém de constatar o protagonismo das professoras na mudança: "Há nestas professoras jovens (só quase há professoras) um entusiasmo que dá felicidade ver" (Dionísio 2023).

Não conhecemos o número total de professores do Liceu em 1974, nem o número de docentes homens, mas em toda a atividade documentada surgem quase sempre nomes de docentes mulheres e só ocasionalmente de homens. De facto, no arquivo da escola, localizamos os nomes de 28 protagonistas da luta pela liberdade sindical e pela gestão democrática; destes, 19 são mulheres e só quatro são homens.

Em 30 de novembro de 1974, a dinâmica sindical na escola estava em marcha. A lista sindical que se apresentou a votos manifestava sua vontade de contrariar as primeiras eleições para a Comissão Diretiva Provisória (CDP) do sindicato (eleita em julho de 1974) em Lisboa (Ricardo 2016, 193). Essas eleições tinham tido a participação de 65% do corpo docente, apesar de muitos professores estarem já de férias. A lista vencedora estava conotada com o Partido Comunista Português (sendo representativa dos Grupos de Estudo) (Stoer 2008). Ora, era essa liderança que o grupo sindical do Liceu Camões, reunido em torno da *lista B*, pretendia contestar. Esta interpretação sobre estas eleições é assumida por Eduarda Dionísio, quando afirma:

> Seria a Lista A ("Por um Sindicato Único, Pela Unidade de Todos os Professores"), herdeira da CIP, como ela hegemonizada pelo PCP – mas onde participavam, entre outros, elementos que viriam a integrar o POUS e até o PPD (Glória de Matos) – que ganharia, com perto de 60% dos votos, as eleições mais concorridas do *Sindicato dos Professores da Grande Lisboa* (votaram 20 mil professores) e que ocuparia o Sindicato até 76 (e não por 7 meses como anunciara). A *Lista Pelo Poder das Escolas [B]* obteve 35% dos votos – um resultado surpreendente para o PCP, que não entendia o sindicalismo sem um "aparelho partidário" (neste caso inexistente) por detrás. (Dionísio *et al*. 1994)

As dificuldades em encontrar consensos pareciam dificultar o apaziguamento entre correntes sindicais de campos ideológicos, senão opostos, pelo menos diferentes. É também no texto "25 de Abril: As Transformações nas Escolas e nos Professores" que podemos encontrar as memórias da agitação na escola, depois das férias escolares:

> A comissão sindical – que era o motor de arranque de quase todas as questões e iniciativas (e que garantia uma autonomia financeira graças às quotas sindicais que não era

> difícil cobrar) continuava a divulgar textos e a promover, à noite, colóquios largamente participados onde se confrontavam correntes de opinião distintas e que a imprensa relatava. Lembro-me de um sobre a "função de um sindicato" que reuniu na mesa pessoas com conceitos bem diferentes (Marcelo Curto, Teresa Rosa, Augusto Mateus, Manuel Gusmão), outro sobre a "função da escola", outro sobre "gestão", outro sobre "partidos". Aos muitos participantes era distribuído material. As pessoas continuavam a aprender. (Dionísio *et al.* 1994)

No primeiro período letivo de 1975, antes do 25 de novembro, a comissão sindical da escola aprovou uma declaração de princípios sobre gestão democrática para discutir em assembleia de delegados. Mais uma vez, contrariava a ideia de um único modelo de gestão e defendia que "os modelos de gestão aprovados deverão permitir e fomentar a ligação da escola ao meio e o progressivo controle da escola pelos órgãos de Poder Popular" (Dionísio *et al*. 1994).

Pouco antes, em 2 de outubro de 1975, Mário Dionísio escrevia no seu diário:

> Primeiros contactos com o Liceu. Volto ao meu lugar de base. Mas esta base é um mundo completamente diferente daquele a que eu estava habituado e muito diferente também daquele que eu sonhava para depois do fascismo […]: Nada do que aprendi e refleti durante a vida toda hoje conta. Gente nova chegou, que entende recomeçar todas as experiências do zero. […] Insistir nos meus pontos de vista – no que, para mim, o ensino revolucionariamente tem de ser – é arriscar-me a ser olhado como um velho que não entende os problemas de hoje (aqueles com que sempre me debati e tentei resolver) e está querendo fazer andar as coisas "para trás". (Dionísio 2023, 47)

O choque com a realidade é evidente.

Entretanto, a oposição da corrente sindical liderada pelo Liceu Camões à CDP do Sindicato acentuou-se. Os elementos afetos à *lista B* denunciavam a atuação da CDP, apontando-lhe a incoerência no caso da colocação/recondução dos professores (que ainda se arrastava); mas também criticavam: os acordos com o MEIC sobre a questão da gestão (cujo decreto-lei entretanto saído não assegurava uma real participação e autonomia), a falta de mobilização dos professores no processo da reivindicação salarial, a negociação de aumentos numa perspetiva "*trade-unionista*", o apoio aos estatutos que privilegiavam os plenários em detrimento das assembleias de escola, bem como o abandono da discussão da lei da greve, da lei sindical, dos saneamentos, dos concursos, das acumulações (Dionísio *et al*. 1994).

Em suma, responsabilizavam a corrente sindical dominante na CDP por impedir a mudança radical do ensino e um novo entendimento do sindicalismo.

No dia 17 de dezembro, os *Estatutos do SPGL* foram aprovados e publicados em *Diário do Governo*, no dia 21 de fevereiro de 1976. Algum tempo depois, nas eleições de 25 de março e pouco antes da aprovação da Constituição (CRP), com alguma surpresa, a lista mais votada para a direção do sindicato foi a *lista D*.

Nas memórias sindicais consultadas (Ricardo e Teodoro 2019, 12-24), esses resultados "marcam o fim de um ciclo político, com o afastamento dos principais dirigentes que tinham feito a transição dos Grupos de Estudo e da luta pela liberdade de associação e de reivindicação profissional para a constituição dos Sindicatos no Portugal democrático e revolucionário". Stephen R. Stoer (2008, 64) também confirma que os resultados das eleições realizadas em março deram a vitória sindical à lista conotada com o Partido Socialista. Todavia, e ainda segundo Ricardo e Teodoro (2019), cedo os conflitos no seio da direção eleita em 1976 levariam à realização de novas eleições, em junho de 1977.

Enquanto os conflitos na direção sindical se agravavam, em maio de 1976, Mário Dionísio revelava alguma amargura, quando do seu regresso ao liceu, por encontrar um corpo docente diferente. Referia que alguns professores tinham poucas habilitações e que alguns, só com o 7.º ano, lecionavam o 6.º ano. Entendia que esses docentes "não valorizam o conhecimento" e pareciam empenhados na "inversão de valores", acrescentando que, nas aulas que lecionava, passava o "primeiro quarto de hora da aula obrigá-los (aos alunos) a estarem calados" (Dionísio 2023, 111-112).

Ora, pouco depois, em novembro de 1976, no Liceu Camões as eleições deram a vitória à lista única que se candidatou. No entender de Vergílio Ferreira, era a lista "do esquerdismo" e "ser esquerdista é uma forma de não ser adulto. A massa dos professores é hoje jovem" (Ferreira 1981, 382). E acrescentou:

> No liceu a tensão do costume. Uma rata vivaz [Eduarda Dionísio?], esquadrilhando-se em ativismo, continua a dominar com o seu grupelho de fraldiqueiras […]. Como é já larga a maioria de mulheres, os homens vivem num plano subalterno. Curiosamente a ancestralidade da subalternidade feminina veio agravar a situação. Com um atraso na ascensão, a mulher instintivamente vinga-se. E é aí que se funda o seu progressismo, que elas descobriram como outras descobriam o *crochet*. Porque o progressismo lhes é um modo prático de domínio. (Ferreira 1981, 374)

Entretanto, para superar as dificuldades internas, realizar-se-iam novas eleições (1977) para o sindicato dos professores.

Teria sido a estas eleições que se apresentou, com o seu programa e com grande impacto, a *lista B*, cujos nomes, alguns já referidos, eram delegados sindicais do Liceu Camões, nomeadamente Eduarda Dionísio, João Manuel Barata, Helena Maria Delgado Alves, a que se juntaram depois Gualdino Nunes[44], Maria Adélia da Silva Melo[45], Maria Isabel de Oliveira Pacheco, todos com atividade sindical entre 1974 e 1975.

O sindicalismo em 1977-1978 – O ano da *lista B*. Eduarda Dionísio, a "Voz" do Liceu Camões, e do sindicalismo de base

Nos anos seguintes, 1977-1978, a *lista B* assumiu maior protagonismo na direção do Sindicato dos Professores. Pouco antes, em 24 de maio de 1977, a sessão de esclarecimento que organizou no Liceu Camões seria mencionada por Mário Dionísio (2023, 196 e seg.) ao refletir sobre a futura reforma proposta pela *Comissão de Estudo da Reforma Educativa*.

Na nova direção sindical, o cargo de presidente da Direção do SPGL seria desempenhado por um independente, João Barroso. Também Eduarda Dionísio, José Magno[46] e Rui Canário[47] teriam um papel ativo nesta direção. Num texto publicado em *Escola-Informação* (n.º 120, abril/maio de 1996, 9)[48], o próprio João Barroso esclarecia a composição da lista e o "programa comum" elaborado, que congregava o pensamento de três áreas político-sindicais, que designou de "forças de esquerda" do movimento sindical.

A *lista B* afastava-se do passado sindical do *SPGL*, tendo uma posição crítica sobre a sua atuação, que entendia ter sido fator de desmobilização dos docentes em relação à atividade sindical. Defendia o sindicalismo de base através da ação de comissões sindicais. Assumindo-se como independente das áreas políticas que constituíam a lista, João Barroso tinha como tarefa unir os docentes, independentemente da sua opção partidária.

Num balanço sobre o seu mandato, considerou o primeiro ano estimulante e positivo, tendo organizado a primeira greve de professores, cujo êxito teria contribuído para o "fortalecimento da consciência" sindical docente[49]. Apesar das vitórias das lutas sindicais, a

[44] MUESC. Professores, proc. 929.

[45] MUESC, Professores, proc. 868.

[46] José Magno, sócio SPGL, 1456, professor do Liceu Passos Manuel, delegado sindical desde 1974, dirigente sindical entre 1977 e 1978. Esteve no grupo de trabalho de elaboração do programa de História. In SPGL, *Listas sindicais. 1979*.

[47] Professor na escola preparatória Pintor Columbano, delegado sindical desde 1974.

[48] Texto gentilmente cedido pela Professora Adelina Precatado, que nos esclareceu numa entrevista muitos aspetos desta luta sindical.

[49] O SPGL convocou uma greve durante os meses de fevereiro e março de 1978 e abril e maio de 1980. Em ambos os casos, o SPGL declarou que a maioria dos seus membros respondeu à greve e que a política governamental foi afetada (Stoer 1985, 65).

divisão ideológica na direção ter-se-ia acentuado, nomeadamente no entendimento que as diferentes correntes tinham quer sobre a "contratação coletiva", quer sobre os estatutos da Federação dos Professores. João Barroso, incapaz de obter um compromisso nestes aspetos e noutros, acabou por se demitir em novembro de 1978, sendo seguido por 15 elementos dos corpos gerentes. Os membros da *lista B* deixavam a direção conjunta do SPGL.

Apesar disso, em 1979, a *lista B* voltou a apresentar-se às eleições, tendo então como cabeça de lista João Serra[50], professor no Liceu Padre António Vieira. Era acompanhado, mais uma vez, por Eduarda Dionísio[51] e José Magno, professor no Liceu Passos Manuel. Pela primeira vez, surgia nesta lista Rui Vasconcelos[52], da Escola Secundária de Camões.

O seu nome merece um destaque especial, pois nesta escola, como já referimos, foram poucos os professores homens, que se envolveram tanto no sindicalismo, como na luta pela defesa da gestão democrática das escolas. Aliás, contra a participação ativa das professoras, já se tinha erguido a voz de Vergílio Ferreira, que não se inibiu de um ataque que hoje seria, no mínimo, politicamente incorreto.

Talvez Vergílio Ferreira tenha sido uma espécie de porta-voz dos professores efetivos homens, que no Liceu se abstiveram de participar no movimento sindical, ou nas transformações que a nova escola democrática exigia. Representante de uma "elite intelectual" masculina de uma época, o escritor teria tido dificuldade em aceitar as mudanças da sociedade portuguesa:

> Sinto-me no liceu como um dinossauro que vivesse hoje. Assim me sentem e olham as fraldiqueiras que o enxameiam. Tenho de me vir embora como espécie extinta que sou. (Ferreira 1981, 377)

No entanto, de certa forma, podemos entender que a participação de Rui Vasconcelos demonstrava que os jovens professores, provisórios, também fizeram suas a luta sindical e a luta pela gestão democrática das escolas.

Contudo, a gestão democrática, tal como tinha sido levada à prática no Liceu Camões e em outras escolas, já tinha sido alterada por via do Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro, que visava repor "a hierarquia, a burocracia" (Sanches 2014, 160). Vulgarmente

[50] João Serra, delegado sindical da escola Padre António Vieira desde 1974 até 1976; dirigente sindical em 1977 e 1978. Posteriormente assistente no ISCTE. Autor de manuais de Introdução à Política. Colaborador do *Jornal de Educação*. In SPGL, *Listas sindicais. 1979*.

[51] SPGL, *Listas sindicais, 1979.*

[52] MUESC, Professores, proc. 1075.

conhecido como *decreto Cardia*, o documento criava três órgãos de gestão nas escolas (conselho diretivo, conselho pedagógico e conselho administrativo)[53].

Algumas escolas procuraram resistir e "assumiam processos organizacionais nem sempre concordantes com o espírito da *lei de 1976*. Foi o que se verificou com a apresentação de uma lista concorrente ao conselho diretivo (CD), no Liceu Camões, cujo propósito era evitar a nomeação da direção de escola pelo ministério da educação" (Sanches 2014, 160). Também o movimento sindical procurou resistir à interferência do poder político na esfera da gestão democrática das escolas. Numa circular sindical, assinada por Graça Fernandes, em dezembro de 1981, defendia-se a gestão democrática como expressão da vontade, do querer e da responsabilidade coletiva de uma comunidade e parte integrante da democratização do ensino e da melhoria das condições de trabalho.

Foi neste contexto de reversão das conquistas da gestão democrática que chegou ao Liceu Camões, em 1980, Adelina Precatado[54].

A luta sindical no Liceu Camões numa época de "normalização da escolaridade"

Em entrevista aos alunos de Ciência Política, Adelina Precatado, que integrou a direção da Escola Secundária de Camões no ano de 2009 e seguintes, recordou a sua colocação como professora na escola, aos 28 anos.

Antes de integrar o corpo docente da escola, o seu historial de luta sindical era já longo (1975), o "que a encantava" mais que a participação na gestão. Muito jovem, aos 21 anos, começou a lecionar na Escola Josefa de Óbidos e viveu os anos da transição democrática muito empenhada na luta sindical. Ingressou na *lista B*, no ano de 1981, como candidata a vice-presidente do sindicato, quando o cabeça de lista era José de Oliveira Duarte. Na altura, já tinha pertencido ao conselho pedagógico da Escola Patrício Prazeres e à Comissão Sindical da Escola Secundária de Camões, onde chegara um ano antes. Foi nesse tempo que conheceu mais de perto Eduarda Dionísio, e talvez por essa razão, quando se candidatou à direção do sindicato, optou pela *lista B*.

Recordou-a, na entrevista que nos deu, como uma presença forte e muito reconhecida e respeitada no mundo da educação e da cultura.

O texto que escreveu no dia em que soube do seu falecimento é muito tocante:

[53] Sobre o programa do PS e do objetivo de "normalizar" o funcionamento das escolas, ler Teodoro (2001, 388 e seg.)

[54] MUESC, Professores, proc. 1736.

> É difícil para mim escrever qualquer nota sobre a Eduarda, neste dia. Conheci a Eduarda (e desde logo a admirei) pouco depois do 25 de Abril de 74, ela professora do *Camões* e eu ainda da *Josefa de Óbidos* … foram tempos inesquecíveis onde a Eduarda se destacava pela sua participação/ativismo, pelo envolvimento no sindicalismo alternativo, pela sua energia, pelo seu sentido crítico. Estas caraterísticas que continuaram até hoje estão traduzidas no que escreveu, nos projetos culturais em que se envolveu, nas memórias que nos deixa. Tal como ela refere (num texto sobre Mário Dionísio): A memória pode servir para fazer coisas que nunca foram feitas, mas só se acreditarmos numa utopia que, realizada, deixa de o ser e que, não realizada, continua a sê-lo. É assim que quero recordar a amiga Eduarda Dionísio. (Precatado 2023)

Estas palavras permitem perceber a determinação que tanto Eduarda Dionísio, como Adelina Precatado, incutiram no sindicalismo de base na Escola Secundária de Camões. As discussões e debates culturais que promoveram na escola, e dos quais há testemunhos no *Dossier Sindical*, remetem-nos para um tempo de luta que tendia a desaparecer nas escolas portuguesas da década de 1980.

Adelina Precatado assinala a liderança de Rui Vasconcelos e de Margarida Lélis no Liceu Camões, como um marco na gestão democrática muito inovador para a época, uma vez que os alunos integravam a gestão. Explicou-nos que as suas preocupações sindicais acabariam por envolvê-la na gestão democrática. Recordou também os retrocessos dos anos seguintes, quando uma gestão menos democrática assumiu a direção da escola.

Ora, este retrocesso nos anos 1980 não atingiu apenas a Escola Secundária de Camões.

O declínio da atividade sindical e as políticas públicas para a educação

Não cabe num artigo desta natureza, que no fundo se apresenta como um estudo de caso – sobre o *início do sindicalismo na Escola Secundária de Camões* –, fazer o historial das políticas públicas que conduziram ao declínio da atividade sindical dos docentes[55]. Todavia, convém perceber por que razão as gestões escolares[56], mesmo que democráticas, como é o caso desta escola, não favorecem um maior envolvimento dos docentes na luta sindical.

Num artigo cuidado e rigoroso sobre as transformações do ensino em Portugal, Stoer (1980) afirma:

[55] Para perceber esta problemática, ler Teodoro (2001).

[56] Ver Lima (2009).

> [Na década de 19801, a] "normalização" da escolaridade em Portugal significou o retorno a uma certa ordem hierárquica nos estabelecimentos de ensino e nas salas de aula, sinal de que a conjuntura revolucionária, em que os debates políticos eram algo de vital durante as 24 horas do dia como modo de definir e concretizar novos valores e novas práticas, chegara ao fim. Por outro lado, ela significou também a revisão de certos programas e cursos. Por exemplo, tanto a sociologia[57] (sem grandes tradições em Portugal antes do 25 de Abril de 1974, mas cujo ensino teve início logo a seguir, ao nível secundário e universitário) como a introdução à política foram eliminadas do ensino secundário.

De facto, concluído o processo revolucionário, a ordem constitucional acabaria por limitar o poder das organizações de base, nas escolas ou fora delas. No dia 25 de abril de 1974 terminara o "tempo dos reitores". A partir dos anos 1980, a vontade de "pacificar a escola" foi lentamente desgastando a gestão democrática, tornando-se cada vez mais "escassas as oportunidades para 'infidelidades normativas' dos professores progressistas ainda envolvidos na governação das escolas" (Sanches 2004, 166).

A propósito do objetivo de pacificar a escola, ou, como alguns diziam, de acabar "com o caos", Eduarda Dionísio declarou e entrevista:

> As pessoas que mexiam com os saberes escolares, e sabiam o que estavam a fazer, desapareceram em nome da tarefa superior de "pôr ordem no caos". Nunca tive noção de caos nas escolas durante o 25 de Abril. Gosto de confrontos e de pensamentos que se opõem, mas não de caos. Agora é que eu sinto caos. Agora, quando se diz que estamos no estado de direito. O desencanto tem a ver com isso, com a impossibilidade de se poder mexer nas coisas. Deixou de existir a vontade de encontrar coisas novas e difíceis, de procurar. A partir do momento em que os meus alunos me diziam para ditar apontamentos, fui para os cursos da noite, disse "não posso mais estar com pessoas de 15 anos que me exigem que dite apontamentos" […]. É isto que me desencanta na escola, mais do que os resultados, que são publicados nos jornais. (Dionísio setembro 2002)

Num outro artigo, no qual faz o balanço sobre a sua vida de docente, Eduarda Dionísio esclarece como, aos poucos, quer o sindicalismo, quer a escola, perderam a capacidade de contribuir para a transformação social e se remeteram para meros instrumentos de preparar alunos para a "inserção na vida ativa", ou seja, para o mercado laboral.

A experiência vivida em 2001, quando, por razões de saúde, esteve afastada da docência e foi destacada para o Arquivo da Escola Secundária de Camões, deu-lhe a oportunidade

[57] Esta disciplina voltaria depois a surgir como opção.

de investigar as mudanças operadas na formação dos docentes, antes e depois do 25 de Abril, e também de refletir sobre como, a partir dos anos 1980, se procurou regressar a um tipo de ensino padronizado e "alinhado" para obter resultados em exames, que os *rankings*, publicados nos jornais, transformam em "sucesso escolar" (Dionísio 2010).

Foi, todavia, com o Decreto-Lei n.º 179/92, de 17 de agosto – que estabeleceu como órgão máximo da escola a Assembleia de Escola, na qual os professores não podiam estar em maioria, pois contavam com uma forte representação dos pais e encarregados de educação e de interesses culturais, sociais e económicos –, que se impôs uma pesada derrota na influência que os docentes, até então, tinham tido na escolha da direção da escola. A partir dessa altura, afastados dos centros de decisão das políticas públicas de ensino, com uma profissão segmentada e diferentes condições socioprofissionais, foram raros os momentos em que os professores se sentiram motivados para o "associativismo profissional", e o sentido de classe, das poucas vezes que emergiu, foi orientado apenas para a luta contra medidas que consideravam lesivas do seu estatuto e carreira profissional (Dionísio 2010).

Outros fatores poderíamos apontar para este afastamento, nomeadamente a forma como atuaram as direções sindicais, mas esse seria outro estudo.

Terminamos como começámos. A nossa investigação tinha como objetivo inicial dar a conhecer a emergência do movimento sindical docente no Liceu Camões após o 25 de Abril de 1974. As fontes analisadas evidenciaram uma *relação estreita* entre o sindicalismo e a liderança desta escola *durante* o período de transição para a democracia. A identificação das protagonistas da ação sindical permitiu não só destacar a especificidade deste Liceu face ao movimento sindical nacional, mas também entender o papel transformador assumido pelas docentes, que se posicionaram enquanto "professoras revolucionárias" e "intelectuais transformadoras" (Sanches 2014, 29).

Resta-nos perceber como a Escola atual se relaciona com o seu passado. Hoje, os docentes são desafiados a recordar as figuras de referência envolvidas na luta pelo poder democrático das escolas e têm como tarefa manter vivos os valores que sempre nortearam a sua conduta: profissionalismo e inovação pedagógica, militância cívica e sindical, intervenção cultural e defesa da sua autonomia pedagógica. Ao tomarem como inspiração o espírito inquieto, crítico e inconformado de Eduarda Dionísio e de tantas outras professoras do movimento sindical do Liceu Camões, os atuais docentes têm como grande desafio defender a escola pública de qualidade, que outros antes deles ajudaram a construir e que se tornou um pilar fundamental da democracia instituída em 25 de Abril de 1974.

Fontes

MNE, Circular I-T- ES/10/74.

ME, despacho n.º 9, fev. 74.

ME, despacho n.º 12/74.

MUESC, *Dossier da Atividade Sindical da Escola Secundária de Camões* (DIAS, Maria Gabriela).

MUESC, *Processos dos Professores.*

Turma K, 12.º ano, entrevistas gravadas áudio: Fátima Chorão Sanches; Adelina Precatado.

SPGL, Listas Sindicais, anos 1974, 1976-77, 1977-78, 1979, 1981-83.

Bibliografia

ALMEIDA, Manuel Gomes. 2013. "A administração do Liceu de Camões no reitorado de Joaquim Sérvulo Correia 1950-1974". Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/10345.

BARROSO, João. 1996. "Depoimento sobre as Comemorações do XXIII aniversário do SPGL". *Escola Informação* 120 (abril/maio).

DIONÍSIO, Mário. 2023. *Passageiro Clandestino*. Vol. IV. Lisboa: Edição Casa da Achada – Centro Mário Dionísio.

DIONÍSIO, Eduarda. 1974. Entrevista sobre a necessidade de alargar o espaço escolar do Liceu Camões, 24 de Outubro. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevistas-no-liceu-camoes/.

DIONÍSIO, Eduarda. 1994. "25 de Abril: As Transformações nas Escolas e nos Professores". In *O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril*, coordenado por Francisco Martins Rodrigues. Lisboa: Edições Dinossauro. https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/futuro/54.htm.

DIONÍSIO, Eduarda. 2002. "Gosto de confrontos – Diz a escritora Eduarda Dionísio". *Página da Educação* 115 (setembro). https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=115&doc=9007&mid=2.

DIONÍSIO, Eduarda. 2010. "Cinquenta e cinco anos ao toque da campainha". *Medi@ções* 1 (2): 179-208. https://doi.org/10.60546/mo.v1i2.41.

FERREIRA, Vergílio. 1981. *Conta-Corrente*. Lisboa: Bertrand.

GRÁCIO, Rui. 1983. "O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo". *Análise Social* XIX (77, 78, 79): 757-791. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465276L1nJJ2xr9Ab05OA3.pdf.

LIMA, Licínio. 2009. A democratização do governo das escolas públicas em Portugal. *Sociologia* XIX: 227-253. https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2337.

MARQUES, José Alberto. 2004. "A emergência do sindicalismo docente na imprensa do Estado Novo – Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES)". *Revista Lusófona de Educação* 4 (4): 133-138. https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=34900403.

MATOS, José Nuno de. 2007. *Acção Sindical e representatividade.* Lisboa: Autonomia 27.

PATO, Helena. 2009. "Contributo para a História do sindicalismo docente (2)". *Caminhos da Memória* (blogue), 14 de dezembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/12/14/contributo-para-a-historia-do-sindicalismo-docente-2/

PRECATADO, Adelina. 2023. https://www.facebook.com/adelina.precatado/?locale=pt_PT.

REIS MONTEIRO, Agostinho. 1998. *O direito à educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

RICARDO, Maria Manuel Calvet. 2016. *Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974. As raízes do Sindicalismo Docente*. Lisboa: Ed. Universitária Lusófona.

RICARDO, Maria Manuel Calvet, e António Teodoro. 2019. "A constituição dos sindicatos dos professores num contexto de mobilização revolucionária – Memórias Partilhadas (1974-1986)". *Escola Informação* 207 (maio): 12-23.

RTP 1. 1974. "Entrevistas no Liceu Camões" [Vídeo], 24 de outubro. RTP Arquivos. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevistas-no-liceu-camoes/.

SANCHES, Fátima Chorão. 2004. "Construção discursiva da liderança escolar dos professores: da praxis revolucionária ao tempo de normalização". *Revista Portuguesa de Educação* 17 (2): 133-180.

SANCHES, Maria de Fátima. 2014. "Ser professor nas escolas de 'Abril': Contextos e textos da praxis revolucionária". In *O 25 de Abril e a Educação: discursos, práticas e memórias docentes,* organizado por Joaquim Pintassilgo, 11-27. Lisboa: Edições Colibri.

STOER, Stephen. 1980. "A Democracia e o Socialismo na Educação em Portugal". *Análise Psicológica* 2 (1): 243-267. https://core.ac.uk/download/pdf/95049092.pdf.

STOER, Stephen. 2008. "A revolução de abril e o sindicalismo dos professores em Portugal". *Educação, Sociedade & Culturas* 26: 49-70. https://hdl.handle.net/10216/26061

TEODORO, António. 2001. *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições. Afrontamento.